

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

**IV SEAD - SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO
1969-2009: Memória e história na/da Análise do Discurso**

Porto Alegre, de 10 a 13 de novembro de 2009

**SUBJETIVIDADES CONTEMPORÂNEAS:
MOVIMENTOS EM TENSÃO**

Maria Claudia Maia (UCAM)

Vanise Medeiros (UFF)

1. Que a mídia agenda aquilo que é posto como do interesse do público, há muito já se sabe. Este trabalho partiu de algo que compõe um item da “agenda midiática” contemporânea, a saber: violência¹. Muitos jornais – da grande imprensa ou não – vêm abrindo espaço para medidas na prática jornalística como forma de fazer frente a tal problema. Citar ou não o nome de facções do crime (institucionalizar algo da ordem da ilegalidade ou silenciar algo que fugiria a ordem do individual?), dar ou não voz ao bandido (correr o risco de uma exposição que o torna herói ou correr o risco de não ouvir o outro?), usar ou não a alcunha do bandido (criar entre público e bandido uma intimidade produzida pelo apelido, ou perdê-lo nos arquivos já que sua identificação passa pelo apelido?) são algumas das questões com as quais a imprensa se defronta, e que resultam em decisões que comparecem por vezes em seus editoriais, manuais e entrevistas. Essas medidas dizem respeito a formas do dizer aquilo que seria da posição da bandidagem; dizem respeito a posições-sujeito da e na sociedade – posições possíveis porque aprendemos com Lacan que o simbólico não dá conta do real e que a palavra não se encaixa exatamente nesse mesmo simbólico, tendo a ideologia a função de preencher imaginariamente esse desencaixe ou imprecisão do jogo de naturalização dos

¹ O item da agenda midiática muitas vezes aparece qualificado: “violência urbana” (prática comum no *Jornal Nacional*) em que, ao se dizer *urbana*, não são ditas outras formas de violência como *armada e policial* que comparecem em outros espaços, seja da mídia seja da literatura acerca da questão da violência. Uma rápida observação: a adjetivação posposta ao substantivo dá contornos àquilo que se pretende colocar como questão pública silenciando àquilo que não interessa trazer como problema atual da sociedade. Indo mais além, o adjetivo *urbana* naturaliza a violência: trata-se de uma violência comum, inerente às cidades e comum à nossa contemporaneidade; não uma questão policial ou uma questão de armas (quem está armado? Contra quem?). Neste trabalho optamos, com todos os riscos, por não usar nenhum qualificativo.

sentidos. Como analistas do discurso, sabemos que tal agenda tem condições de produção – de que decorrem procedimentos de eleição para que algo seja ou não dito e de que maneira o seja –, e que, no item “violência”, se constituem e são constituídas subjetividades que podem e devem se inscrever nos espaços midiáticos a partir de uma substancialização do sujeito característica do próprio funcionamento da linguagem que tende sempre a materializar o referente tornando arbitrário o jogo dos sentidos.

Para a apresentação, tomamos como grande mote a questão da violência: focalizamos a discursividade dos movimentos sociais que emergem como resposta a ela. Se as formas de noticiar o que seria da ordem da bandidagem apresentam-se como uma preocupação da mídia, cabe lembrar que formas de noticiar as mortes também têm condições de produção. Dito de outro modo, as mortes – se ditas como decorrentes de balas perdidas ou se significadas a partir do substantivo “chacina” – inscrevem diferentemente os diversos segmentos sociais da sociedade: “*porque pobre desaparece, não é seqüestrado*”, nos avisa uma Mãe de Acari².

2. A complexidade de uma teoria como a análise de discurso (e por que não dizer o seu fascínio) se deve, entre outros fatores, ao fato de não sonegar a complexidade de seu objeto – discurso –, trazendo para seu escopo teórico questões como a do Real e do silêncio (para citar duas que aqui tocamos) para pensar a interrelação entre sentido(s) e sujeito. Se observamos a história da análise de discurso, constatamos que tal prática se encontra em seu nascimento: não se trata de um campo do saber que se apóia em outras áreas para a partir daí pensar seu objeto, mas de um campo que se forma com o embate entre pensadores de diferentes áreas (cf. Pêcheux, 1988; Mariani, 1998) no desejo de uma intervenção teórico-política. Embate que produziu e produz o movimento incessante de reterritorialização de conceitos, e que faz da reflexão teórica a possibilidade de construção de um dispositivo analítico. Trata-se, como se sabe, de uma teoria que se apóia em 3 regiões do saber atravessadas, por uma teoria da subjetividade de natureza psicanalítica (*idem*). Nosso interesse com esse trabalho reside justamente em tentar refletir com a teoria na relação que ela estabelece com a psicanálise, um campo de saber que trabalha sentido(s) mas não em busca dele(s).

Com a análise de discurso, sabemos que há um Real, mas que este não é o exterior do discurso, que a linguagem não o representa e que a relação entre sujeito e Real não é direta. Fora do discurso, discurso, nos diz a certa altura Pêcheux. Aí comparece o interdiscurso,

² Mães de Acari é um movimento que nasceu a partir do assassinato de 11 jovens que tinham ido passar o fim de semana em um sítio de amigos. Os jovens foram supostamente mortos por policiais encapuzados em julho de 1990. Cabe registrar que foi a primeira vez que mães de comunidades carentes (no RJ) se movimentaram para obter justiça por terem tido seus filhos assassinados por policiais. Passaram, então, a ser chamadas de Mães de Acari. O movimento resultou em manifesto e desde 1994 vem sendo denunciado para a ONU.

trama de sentidos que permite, sustenta e instaura (novos) dizeres, constituído de formações discursivas que se inscrevem em formações ideológicas; essas, importa destacar, remetem para relações de força entre classes sociais. A língua, materialidade do discurso, não é a representação do Real; no entanto, citando Pêcheux “é um sistema que não pode ser fechado, que existe fora de todo sujeito, o que não implica absolutamente que ela escape ao representável” (Gadet e Pêcheux, 2004: 63). A língua não sendo representação do Real não escapa ao representável uma vez que funciona como “lugar de um saber em que as ficções podem ser regradadas” (*idem*). E a relação entre sujeito e Real por sua vez é mediada por formações imaginárias, que se ancoram em projeções entre lugares definidos em uma sociedade e que resultam posições relativas a esse lugares, o que não significa o engessamento dos lugares sociais tampouco a não-intercambialidade na ocupação desses lugares; indo mais adiante, o que significa postular de posições-sujeito, já que em análise de discurso o sujeito não é uno. Isso, resumidamente posto, permite compreender que os já diversos movimentos sociais surgidos em decorrência da violência não são idênticos: oriundos de diferentes segmentos sociais, significam diferentemente. Ouçamos uma outra mãe que perdeu seu filho em uma chacina no Rio de Janeiro:

“A mãe que perde dá apoio àquela que perdeu, pois sabe o que a outra está passando. Mas não tem como ser igual. Uma foi criada na classe média (...) Outra não fez nem o primário, mal sabe ler (de uma mãe que perdeu o filho na chacina da Baixada em março de 2005)

Dissemos que temos como objetivo mais amplo a discursividade dos movimentos sociais. Nossa grande proposta é a análise dos movimentos sociais advindos de classes sociais menos favorecidas na sociedade no Rio de Janeiro que comparecem na mídia carioca. Nossas preocupações são várias: como a morte era anunciada na imprensa, a quem é dada voz na mídia; como se denominam e como funcionam discursivamente os movimentos sociais oriundos da violência. Do imenso arquivo que se abre, centramos em enunciados das mães que tiveram seus filhos mortos de forma trágica. É por esses enunciados que começamos a entrar. Se falar de discurso é falar de sujeito, e falar de sujeito é falar de ideologia e inconsciente (com a ideologia trabalhando o universal e o sujeito do inconsciente arrombando a porta da língua), com este trabalho tomamos a discursividade dos enunciados de mães pertencentes a movimentos periféricos da sociedade para nosso objetivo mais amplo, qual seja, refletir sobre subjetividades contemporâneas em sua relação com o Real na tentativa de se responder à morte.

3. O sujeito, segundo Lacan, vive entre duas mortes: a primeira é a morte para o significante – morte simbólica –, quando o sujeito morre para habitar a linguagem. Quando o sujeito recebe um nome, ele morre para inscrever-se sob aquele nome, sob sua linhagem. Quando o bebê adquire uma língua, ele morre para as outras. O sujeito tem que morrer para que um significante surja como seu representante: “um significante representa um sujeito para outro significante”, no diz Lacan. A segunda morte, morte no Real, é a morte física, morte do corpo; corpo a ser enterrado, seguindo um rito de passagem na tentativa de inscrevê-la simbolicamente.

Marilene, Vera Lúcia e Izildete³ tiveram seus filhos mortos, tendo como suspeitos do homicídio integrantes da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, ou seja, representantes da lei, lei dos homens (lei de Creonte?) Os corpos, entretanto, nunca foram encontrados. Sem corpo não há morte? Sem o corpo, conforme Lacan, não é possível inscrever no simbólico a morte real. Sem o corpo, as mães foram condenadas ao feitiço do tempo, condenadas à escansão do tempo do mesmo dia: presas no dia da morte de seus filhos. “A minha vida está mudando todo dia e não tem uma solução, não tem nada”, fala Izildete. A mudança é igual, um dia após o outro. Se não há corpo para morrer, também não há corpo para viver⁴.

A região limite entre vida e morte invoca o desamparo constituinte do sujeito: “Hoje sou uma pessoa triste. Porque me falta alguma coisa, me falta um pedaço”, diz uma mãe. O pedaço que falta leva “a um extremo, que a solidão definida em relação ao próximo está longe de se esgotar” (Lacan, 1991:330). Vivas-mortas estão remetidas ao antes da primeira morte lacaniana: foram colocadas num fora da linguagem, excluídas do simbólico e apagadas do sistema jurídico, uma vez que nem pensão pode ser requerida por não haver o reconhecimento do Estado acerca das mortes (“Pois é preciso provar que foram policiais que participaram dessa empreitada até mesmo para requerer pensão”). E, entretanto, mantêm-se vivas ao sustentarem uma ética frente ao desejo. “Por que é que eu continuo na luta? Porque não tem como voltar atrás”.

³ Optamos por escrever os nomes das mães porque, além de comparecerem na mídia, constam do livro *Autos de resistência*. Marilene Lima de Souza e Vera Lúcia tiveram suas filhas, Rosana e Cristiane, respectivamente, mortas na chacina conhecida como Chacina de Acari, como já dissemos. Até hoje o caso não se converteu em processo judicial por falta de provas, leia-se, por falta de corpos. Izildete teve seu filho Fábio assassinado supostamente por policiais militares do RJ e também não pode enterrá-lo devido ao fato de o corpo nunca ter sido encontrado.

⁴ Túmulo, alcova nupcial, prisão eterna, covão profunda para a qual estou seguindo / em direção aos meus que a morte muitas vezes /já acolheu entre os finados! Eu, a última / e sem comparação a mais desventurada, /vou para lá, antes de haver chegado ao termo / de minha vida! (*Antígona*, 1991)

O sujeito não porta o desejo, ele é tomado pelo desejo, por aquilo que se impõe a ele sem poder voltar atrás porque o limite foi transposto. Antígona, Marilene, Vera Lúcia e Izildete vão em direção à *Até*, ao ultrapassamento da fronteira pelo desejo, o mandato do desejo que vai de encontro à lei dos homens, leis da terra. Há as leis da terra e há as leis dos deuses; “não são da mesma ordem, e se as confundimos, vai acabar mal”, nos explica Lacan (1991:334). A lei dos homens aponta para o desejo e, ao proibir, cria a possibilidade da transgressão. A transgressão, nos casos aqui descritos, é realizada pela força policial, isto é, pelo próprio Estado a partir do que se chama, em psicanálise, de passagem ao ato, isto é, ato que não pode ser remetido ao simbólico, à cadeia significativa. Rosana, Cristiane e Fabio, os jovens assassinados, são, portanto, vítimas da passagem ao ato dessa força policial.

Esses supostos crimes, por serem supostos pela lei, excluem, também, a possibilidade de os próprios assassinos prestarem conta de seus atos, expondo ainda mais o buraco do simbólico, que, antes das mortes, era preenchido pelo interdiscurso, por sentidos difundidos e compartilhados também pela mídia: “Eu achava que meninos mortos por policiais sempre deviam alguma coisa. Mas meus filhos não deviam nada” (de uma mãe cujos filhos foram assassinados na Chacina do Via Show).

Há, pois, um interdiscurso sustentando tal dizer (meninos mortos por policiais sempre devem alguma coisa). O Real, na forma de assassinato – com ou sem desaparecimento de corpos – rompe com essa injunção à significação do sujeito de linguagem (“Não se pode não significar”, nos lembra Orlandi, 1997: 72) e devolve ao vazio, que não é o não sentido, tampouco o silêncio (*idem*) que permite significar. O Real não é o significantizável ou o é apenas em parte – “Nem tudo entra nas palavras, eis o registro do Real” (Lebrun, in Melman, 2003:89). O acontecimento brutal devolve à falta – à privação que é do Real, e não à castração, que é simbólica. A fala das mães trabalha essa falta produzindo o efeito de preenchimento do vazio – para a psicanálise, tentando preencher o vazio porque os meninos não são cão, como Lacan fala.

Os efeitos da passagem ao ato (da força policial) podem conduzir as mães a trabalharem a morte como um lapso que deve ser escrito/inscrito num bem dizer sobre a legalidade, mesmo que esse bem dizer venha em forma de um atestado de óbito ou na forma de um funeral, como o fez Antígona. E isso é possível na medida em que “a Até provém do Outro, do campo do Outro, não pertence a Creonte, em compensação é o lugar onde Antígona se situa” (Lacan, 1991: 336). A tragédia das três mães aqui citadas se filia, considerando as condições de produção que lhes são próprias, à tragédia de Antígona.

Não se trata de nada além de um limite no qual ela se posta, e no qual ela se sente inatacável, e no qual nada pode fazer com que algum mortal possa passar cima das leis. Não se trata mais de leis, mas de uma certa legalidade, consequência das leis *ágrapta* – traduzido sempre por *não escritas*, porque isto efetivamente quer dizer isso – dos deuses. Trata-se aqui da evocação do que é, com efeito, da ordem da lei, mas que não está desenvolvido em nenhuma cadeia significativa, em nada”. (Lacan, 1991: 336)

As mães também se submetem a uma legalidade que não é a da lei dos homens:

Eu estou vivendo a dor de uma perda e o desespero do descaso das autoridades. Resolvi agir por conta própria porque meu filho desapareceu junto com um amigo quando saíam de uma festa junina.

Se a lei dos homens é escrita e a lei dos deuses (lei do desejo) é ágrafa, misturá-las dá confusão, como Lacan nos explicou mais acima. Entretanto, a lei dos homens, lei das palavras não dá conta dessa coisa que se passa no além das palavras, no além das significações. O que importa e o que está em jogo é aquilo que simplesmente é. “Antígona não evoca nenhum outro direito senão este, que surge na linguagem do caráter indelével do que é.” (Lacan, 1991: 337): o desejo.

A lei dos homens escreve que sem corpo não há crime, não há processo, não há reconhecimento de morte. A lei do desejo, não escrita, segue outra ética e não cede. Izildete, Marilene e Vera Lúcia⁵ precisam e fazem valer o ser de seus filhos, pois

“não se trata de acabar com quem é homem como se faz com um cão. Não se pode acabar com seus restos esquecendo que o registro do ser daquele que pode ser situado por um nome deve ser preservado pelo ato dos funerais.” (Lacan, 1991, p. 338).

4. Nesses movimentos está, pois, em jogo o enfrentamento das leis – as leis da terra (de ordem jurídica e de ordem social) e as leis dos deuses (do desejo). Neles emergem enunciados que denunciam o lugar do desejo, marcam o lugar de resistência e de retorno a possíveis outros sentidos. Tomemos mais uma vez o enunciado “Eu achava que meninos mortos por policiais sempre deviam alguma coisa.”. Na sua sintaxe (eu achava que) inscreve-se, como apontamos, um interdiscurso (em que o imperfeito do indicativo trabalha um sempre já-lá e em que o pronome *eu* aliado ao verbo joga com a ilusão do sentido nascer em si – esquecimento no. 1 de que fala Pêcheux) legitimador de certas mortes. É hora de dizer que ele se inscreve em uma certa formação discursiva, qual seja, a que justifica as mortes de jovens, de comunidades da

⁵ Vera Lúcia faleceu tal como Antígona sem ter conseguido resgatar, jurídica e concretamente, o corpo de sua filha. Cabe a pergunta: será que ela já estaria morta se o corpo social submetido à lei tivesse cedido e reconhecido a chacina de Acari, punindo os culpados, por exemplo? Não se pode deixar de citar, inclusive, o assassinato de Edméia, uma das mães militantes que havia, segundo consta, obtido informações importantes para o desvendar do caso.

periferia, por policiais, porque os jovens seriam bandidos. No entanto, o acontecimento brutal aí promove um deslocamento (“Mas meus filhos não deviam nada”) da posição-discursiva das mães, promove uma desidentificação com a formação discursiva legitimadora desse tipo de morte – policiais matam bandidos –, posição essa que diz respeito à tensão entre classes sociais. Tal desidentificação consiste no ato de dizer, dizer que marca o lugar do sujeito na língua – “eu tenho meu relato vivo, meu depoimento”. Se o Real, conforme Melman (2003:88), “vem conceitualizar esse fato de que existe um espaço resistente à formalização, um impossível a dizer”, é ainda Melman a dizer que o imaginário “remete a opacidade que temos de dar uma forma ao que vem responder à perda, à essa pura falta” (idem). Se o Real retira os sentidos (im)postos, o falar - “tenho meu relato vivo” - inscreve a mãe novamente na língua – com todas as suas injunções – e a ideologia aí entra no preenchimento desse (des)encaixe de sentidos.

Bibliografia

- LACAN, J. *O Seminário livro 7: A ética da psicanálise*. RJ: Jorge Zahar Ed, 1988.
- _____. *O Seminário livro 18: De um discurso que não fosse semblante*. RJ: Jorge Zahar Ed, 2009.
- MARIANI, B. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais, 1922-1989*. RJ: Revan, Campinas, SP: Unicamp, 1998.
- MELMAN, C. *O homem sem gravidade gozar a qualquer preço*; entrevistas com Jean-Pierre Lebrun (tradução Felgueiras, S. R.), RJ: Companhia de Freud, 2003.
- ORLANDI, *As formas do silêncio*. 4ª. ed, SP, Campinas: Unicamp, 1997.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso. Uma crítica à afirmação do óbvio*, Campinas: Unicamp. 1988.
- _____. *A língua inatingível: o discurso na história da linguística*, MARIANI, B. e CHAVES DE MELO, E. (trad.), Campins: Pontes, 2004.
- RAMOS, S. e PAIVA, A. *Mídia e violência*, RJ: IUPERJ, 2007.
- SOARES, B. M., MOURA, T. e AFONSO, C. (orgs), *Auto de resistência*, RJ: 7Letras, 2009.
- SÓFOCLES. *A trilogia tebana: Édipo Rei, Édipo em Colono, Antígona* (trad. Mario da Gama Kury). RJ: Jorge Zahar Ed, 1991.
- SÓFOCLES. *Antígona* (trad. de Lawrence Flores Pereira). RJ: Topbooks, ed. 2006.